

Informação

Projeto de Resolução n.º 941/XIII (2.ª) PCP

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 05 de julho de 2017.

Recomenda que sejam tomadas medidas que permitam aumentar as vagas para o internato da especialidade.

Comissão de Saúde

1. Os Deputados do Grupo Parlamentar do PCP tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução (PJR) n.º 941/XIII (2.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).

2. O PJR n.º 941/XIII (2.ª), do PCP, deu entrada na Assembleia da República a 23 de junho de 2017, tendo sido admitido a 23 de junho, data em que baixou à Comissão de Saúde.

3. A discussão ocorreu nos seguintes termos:

A Deputada Carla Cruz apresentou o PJR n.º 941/XIII (2.ª), começando por dizer que, desde 2015 até ao presente, 640 médicos ficaram sem acesso à formação médica especializada e esse número vai crescer, embora haja mais de 800 mil portugueses sem médico de família. Lembrou que, por proposta do PCP, foram contempladas normas nos OE's de 2016 e de 2017 para que esses jovens médicos permanecessem no SNS e o Ministro, quando questionado na audição de junho sobre os 114 médicos que tinham ligação ao SNS até julho, referiu que iria sair um despacho para esses profissionais se manterem. Disse que o anterior Governo desvalorizou social e profissionalmente os profissionais de saúde, o que conduziu à saída de médicos, sendo que alguns deles asseguravam a formação médica especializada. Além disso alterou o regime jurídico do internato médico, o que em nada melhorou a formação médica especializada, frisando que a retirada da prerrogativa que o Governo tinha de propor vagas carenciadas foi um erro. Em seu entender *«o bloqueio no acesso à formação médica especializada implica a criação em Portugal de uma bolsa de médicos indiferenciados, significando isso a redução de direitos desses profissionais quer a nível salarial, quer de progressão da carreira, ficando à mercê das condições impostas pelas empresas prestadoras de trabalho temporário e adstritos a tarefas de menores responsabilidade»*. Reconhece que a qualidade dos cuidados de saúde prestados no SNS depende de vários fatores, sendo um deles, a formação médica, pelo que recomenda ao Governo que: *«promova, juntamente com a Ordem dos Médicos e o Conselho Nacional do Internato Médico, uma avaliação que permita o esclarecimento do processo de atribuição das idoneidades formativas para a formação médica especializada; desenvolva um plano para melhorar as condições e resolver as*

Comissão de Saúde

insuficiências dos serviços de saúde aos quais foi conferida idoneidade parcial com o objetivo de promover, qualitativa e quantitativamente, o reconhecimento total da respetiva idoneidade; proceda aos investimentos necessários nos serviços de saúde para aumentar o número de serviços reconhecidos com idoneidade formativa para garantir o acesso à especialidade médica de todos os médicos que terminam a formação pré-graduada e proceda à reposição das vagas preferenciais em zonas carências».

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro disse que entende a posição difícil do PCP, porque o «seu Governo» triplicou em dois anos o número de jovens médicos afastados do acesso à formação. Perguntou se defendem um plano integrado da formação médica, em conjunto com a OM, e o aumento de idoneidades formativas e de vagas para as especialidades no Sistema de Saúde, porque a solução não deve ser encontrada apenas no SNS, exigindo que o Governo tome medidas de planeamento para resolver a situação. Desafia a Deputada a verificar quantas medidas do PCP é que o Governo tem executado e quais deverão ser as consequências políticas a retirar, porque este Governo foi aquele que promoveu a maior precaridade.

O Deputado António Sales deu nota de que o PS acompanhará as recomendações da iniciativa legislativa, para que se possam corrigir disfuncionalidades, pese embora neste período tenham entrado cerca de 4000 especialistas hospitalares e 900 médicos de família. Têm surgido relatos de que as vagas não traduzem as reais capacidades, matéria onde a OM tem uma palavra importante a dizer. Reconhece que têm saído muitos profissionais, por reforma ou por outras razões, dificultando a capacidade formativa das Unidades, entendendo que o Governo tem de olhar para o problema.

O Deputado Moisés Ferreira considerou incompreensível que num país onde faltam médicos no SNS se desperdicem recursos, ao não possibilitar que jovens médicos acedam à formação especializada. Suscitam-se dúvidas sobre as verdadeiras capacidades formativas e sobre o real número de vagas, mas sabe de estabelecimentos de saúde que solicitaram mais vagas, e não foram concedidas. Acompanha o PJR por querer saber se as capacidades formativas estão a ser totalmente aproveitadas e para municiar as unidades com mais capacidades formativas. Entende ser essencial alterar o regime jurídico do internato médico, repor as vagas preferenciais por parte do Governo e fazer convergir o interior do país com o litoral.

Comissão de Saúde

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que se trata de um assunto bastante discutido nas últimas semanas em Comissão, tem clara relevância e o CDS-PP até já apresentou propostas que visam garantir a qualidade da formação médica e a resposta de qualidade aos utentes. Não acompanha os pressupostos do PJR que referem, designadamente, que a formação deve ocorrer apenas no SNS. No entender do CDS-PP essa formação deve abarcar o Sistema de Saúde, ser estendida a todos os estabelecimentos públicos, privados e sociais que cumpram as regras de formação e de qualidade para a formação dos novos médicos, para encontrar soluções que não sejam isoladas, mas arquitetadas e planeadas.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro interpelou a Mesa para informar que o PSD vai apresentar um requerimento endereçado ao Presidente do ACSS, ao Bastonário da Ordem dos Médicos, à Associação Nacional dos Estudantes de Medicina, ao Conselho Nacional do Internato Médico e ao Ministro da Saúde sobre o mapeamento das Unidades, para saber exatamente quais os serviços aos quais foi recusada formação e porquê.

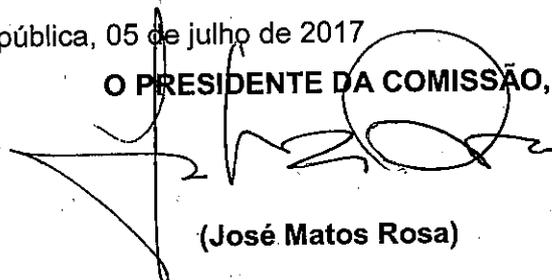
A Deputada Carla Cruz não entende a pretensa preocupação do PSD com a formação médica, esquecendo as suas responsabilidades de quando foi Governo. Quem alterou o regime jurídico do internato médico e quem votou contra uma medida sobre esta matéria foi o PSD e quando o PCP apresentou propostas ao OE 2017 sobre esta matéria, o PSD absteve-se, estando claro quem está preocupado com a matéria e com os jovens médicos.

4. O Projeto de Resolução n.º 941/XIII (2.ª), do PCP, foi objeto de discussão na Comissão de Saúde, em reunião de 05 de junho de 2017.

5. A informação relativa à discussão do PJR 941/XIII (2.ª), do PCP, será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, 05 de julho de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(José Matos Rosa)